

EXPERIÊNCIAS DO CINEMA DE GUERRILHA NO QUILOMBO DO AMÉRICA

EXPERIENCES OF GUERRILLA CINEMA IN THE QUILOMBO OF AMERICA

Francisco Weyl

Mestre em Artes e especialista em Semiótica pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor de audiovisual no Brasil, Portugal e Cabo Verde. Poeta e documentarista, criador do Festival Internacional de Cinema do Caeté (Ficca). *E-mail*: carpinteirodepoesia@gmail.com

Hilton Pereira da Silva

Doutor em Antropologia/Bioantropologia pela Ohio State University, Estados Unidos. Docente dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia (PPGSAS), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam) da Universidade de Brasília (UnB); Membro colaborador do Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS) da Universidade de Coimbra, Portugal. *E-mail*: hdsilva@ufpa.br

Roseti Araújo

Presidente da Associação de Remanescentes Quilombolas do América, Bragança, Pará. Agente Comunitária de Saúde no Quilombo do América, ativista em movimentos étnicos, culturais e de gêneros (Mocambo, Movimento Popular Camponês, Movimento de Mulheres do Quilombo). *E-mail*: rosetiaraujo761@gmail.com

Resumo: A produção e o uso do audiovisual dentro e fora da sala de aula, o cinema social nas comunidades e o percurso de um cinema negro e quilombola na Amazônia Paraense constituem a dialógica deste artigo, que apresenta e debate metodologias audiovisuais, artísticas e pedagógicas nos processos de envolvimento de jovens de uma comunidade negra rural amazônica e que culminaram com a realização dos filmes *O quilombo é meu lugar, a minha casa* e *A visita do padroeiro*, resultantes de parceria entre o Festival Internacional de Cinema do Caeté (Ficca) e a Associação de Remanescentes do Quilombo do América (Arquia), localizado no município de Bragança, no segundo maior estado do Brasil, entre os meses de abril e dezembro de 2021. Os filmes foram produzidos e exibidos no âmbito da VI e da VII edições do festival, período que coincidiu com a pandemia de Covid-19, que afetou intensamente as populações quilombolas brasileiras, porém não arrefeceu seu espírito de luta e resistência. Os participantes indicam que o Cinema de Guerrilha, por meio da

produção e divulgação de projetos audiovisuais, tem sido um instrumento importante de empoderamento quilombola e de luta contra o racismo estrutural. A produção audiovisual, por meio da perspectiva do Cinema Negro, pode ser construída como uma forma inovadora de pesquisa-ação e de transformação social.

Palavras-chave: Estéticas de guerrilha. Amazônia. Resistência. Cinema Negro. Antropologia visual.

Abstract: The production and use of audiovisual in and out of the classroom, the social cinema in the communities, and the routes of a black and quilombola cinema in the state of Pará, Amazon, constitute the dialogic perspective of this article, which presents and discusses artistic and pedagogic audiovisual methodologies in the process of involvement of the youth of a black rural community, which led to the creation of the movies *O quilombo é meu lugar, a minha casa*, and *A visita do padroeiro*, resulting of the partnership between the International Movie Festival of the Caeté Region (Ficca), and the Quilombola Remnants Association of the America (Arquia), located in the municipality of Bragança, in the second largest state of Brazil, between the months of April and December of 2021. The movies were produced in the context of the VI and VII edition of the festival, period which coincided with the Covid-19 pandemic, who intensely affected the quilombola populations, but never broke their spirit of resistance. The participants indicated that the Guerrilla Cinema through the production and propagation of audiovisual projects has been important to the quilombola empowerment and the fight against structural racism. The audiovisual production through the perspective of the Black Cinema can be construed as an innovative means of action research and social transformation.

Keywords: Aesthetics of guerrilla. Amazon. Visual anthropology. Resistance. Black cinema.

INTRODUÇÃO

O Cinema de Guerrilha é herdeiro do cinema social, tal qual o Cinema Pobre, que é um movimento estético internacional nascido em Cuba, com o realizador Humberto Solas (1941-2008), mas que se desenvolveu e se desenvolve de diferentes formas, em várias partes do mundo, como em Portugal, México, Cabo Verde, Estados Unidos e Brasil. Nesses países, organizam-se regularmente festivais e mostras de filmes alinhados a essas estéticas, de temáticas históricas e sociais, antropológicas e psicológicas, realizados de forma simples, com baixos orçamentos, alto engajamento social e sem economia de esforços (SILVA; WEYL, 2020; WEYL, 2021).

O Cinema de Guerrilha dialoga diretamente com o Cinema de Vanguarda (soviético), o Neorealismo (italiano), a *Nouvelle Vague* (francesa), o Cinema Novo (brasileiro)

e o Cinema Pobre (cubano), sendo, portanto, uma prática de intervenção artística de dimensão histórica global, que procura analisar a dinâmica dos processos políticos e dar respostas a ela com reflexões e ações de natureza estética no campo audiovisual. Nessa práxis, os realizadores se autoproclamam independentes, pensam de forma crítica e agem com liberdade criativa na condução de seus despojados projetos cinematográficos, artísticos, de natureza espontânea, numa ação autoral intensa, e mesmo violenta, no sentido da revelação das suas potencialidades e possibilidades, hoje ancoradas em pesquisas e práticas autorais, como “tecnologia do possível”, “poéticas da gambiarra” e “estéticas de guerrilha”, tríade conceitual desenvolvida por Francisco Weyl (2021) no Brasil, em Portugal e em Cabo Verde há mais de uma década.

Na Amazônia Paraense, as vivências transgressoras de práticas coletivas audiovisuais, como o Cinema de Guerrilha, ocorrem no sentido contrário ao lugar-comum do filme de entretenimento e envolvem comunidades periféricas, tradicionais e quilombolas, agindo no interior dessa arte-indústria, em simultâneo, que é, num só espaço-tempo, realidade e ficção, objeto e problema para o pensamento filosófico, numa fértil região na qual as relações de poder germinam as suas próprias contradições, fabricam e destroem sonhos, conscientizam e iludem, refletem e alienam, e (d)escrivem com fotografias a história humana na maior floresta tropical do planeta (SILVA; WEYL, 2020).

Este artigo objetiva contribuir para os estudos do campo da antropologia visual sobre a construção histórica do Cinema Negro (PRUDENTE, 2019; PRUDENTE; SILVA, 2020). Nesse contexto, considera-se uma perspectiva do cinema social por meio da análise de diversos percursos das experiências do Cinema de Guerrilha na Amazônia, a partir do estabelecimento de suas relações particularmente na comunidade Quilombola do América, em Bragança, no Pará. Utilizaram-se metodologias artísticas e pedagógicas na realização de oficinas de Cinema de Guerrilha e na construção de filmes coletivos, que ocorreram em 2021, durante a pandemia de Covid-19. Ocorreram uma oficina virtual e duas presenciais que tiveram como resultado duas produções audiovisuais e vídeos de curta-metragem, de baixo orçamento e alto envolvimento social no quilombo, que foram produzidos e mostrados no âmbito de duas edições do Festival Internacional de Cinema do Caeté (Ficca), em abril e dezembro de 2021.

O QUILOMBO DO AMÉRICA E SUAS LUTAS POR EDUCAÇÃO E DIREITOS

Quilombos existem desde o período colonial (SALLES, 1971) e atualmente são considerados “grupos étnico-raciais segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, ou seja, os quilombos

têm a sua identidade juridicamente definida, mas a diversidade das comunidades quilombolas brasileiras é tão ampla que não há mapeamento único que as (de)limite. No Pará, por exemplo, a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Malungu) aponta que há mais de 520 comunidades autoidentificadas como quilombos, porém a maioria ainda não foi oficialmente reconhecida pela União (CARVALHO; NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2021).

A organização do Quilombo do América data do período da abolição formal da escravatura no país, portanto há mais de cem anos, sendo a sua história reconstruída a partir de narrativas dos antigos moradores, que foram repassadas de geração em geração pós-1888 (CASTRO, 2016; MORAIS, 2019). Embora o fim do período escravagista tenha se dado formalmente por meio da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, ainda hoje o Brasil, apesar de algumas políticas públicas criadas pós-Constituição Federal de 1988, não conseguiu superar o racismo estrutural, o preconceito e a discriminação contra a população afrodescendente (ALMEIDA, 2018; WERNECK, 2016).

Algumas narrativas sobre a origem do quilombo foram colhidas em nossas experiências de rodas dialógicas nas oficinas de Cinema de Guerrilha desenvolvidas por iniciativa do Ficca, em parceria com a Associação de Remanescentes do Quilombo do América (Arquia). Essas narrativas corroboram que a comunidade se formou a partir de quatro ex-escravizados que se deslocaram desde o estado do Maranhão até a Praia de Ajuruteua, no estado do Pará, e posteriormente povoaram algumas comunidades na Região dos Caetés, como aquela que ficaria conhecida como Quilombo do América (SANTIAGO; SMITH JUNIOR; VIEIRA E SOUZA, 2019). Eles também povoaram outras comunidades vizinhas, como Jurussaca (SILVA, 2014), Torre e Cigano, localizadas no município de Tracuateua, espaços que não estão no âmbito deste artigo, mas que possuem elementos identitários comuns e relações similares de pertencimento e de afeto às ancestralidades negras e africanas. Portanto, é

[...] possível identificar os elementos culturais, a presença histórica dos negros escravizados nas memórias dos moradores, que contribuem para a construção da identidade de pertencimento, sobretudo, para se compreender que a formação do quilombo do América se entrelaça com a migração negra forçada pelo tráfico de escravos via Atlântico e a migração interna na presença do negro nos documentos da Amazônia bragantina (SANTIAGO; SMITH JUNIOR; VIEIRA E SOUZA, 2019, p. 215).

Uma das autoras deste artigo, Roseti Araújo, que é agente comunitária de saúde e presidente da Arquia, parceira do Ficca nas oficinas pedagógicas de formação audiovisual, informa que a comunidade do América tem esse nome em razão de um de seus

primeiros habitantes, o senhor Américo. Araújo esclarece por que a comunidade e a escola têm esse nome:

E como era só mato, nessa época, não tinha casa, como ele foi o primeiro a chegar, vieram três escravos, a comunidade toda descende dessas famílias, sendo que hoje são 120 famílias, então, o nome foi dado, Américo, mas ele não quis que fosse o nome dele, Américo, porque naquela época já existia aquelas brincadeiras, de mau gosto: “Ah, eu vou lá no Seu Américo”. Então, para não ficar nessa brincadeira, ficou América, surgiu o nome da comunidade, América. Seu Américo ficou, foi povoando e aí ele faleceu, mas, quando seu Américo faleceu, e a escola era na casa do seu Américo, e o prefeito Emílio Ramos fez uma escola de alvenaria, que é essa que taí, ainda hoje, e aí, como é que dá o nome da escola? Porque o barracão de palha que era a casa do seu Américo onde funcionava a escola nem tinha nome de escola, e pra fazer a homenagem completa, colocaram o nome dele, e hoje o nome da escola tem o nome do primeiro morador da comunidade, Américo Pinheiro de Brito, que foi o primeiro a chegar na comunidade (Entrevista concedida em 9 de dezembro de 2021).

Considerando que “a formação do Quilombo do América na Amazônia Bragantina pode ser uma questão de identidade pelos movimentos migratórios e de território” (SANTIAGO; SMITH JUNIOR, 2019, p. 269), e que o momento conjuntural do Brasil é caracterizado pelo esvaziamento de políticas públicas anteriormente conquistadas, observamos que são comuns os problemas que afetam essas comunidades e as populações tradicionais, que também reagem no sentido de pressionar os poderes constituídos e representações parlamentares para questões como, no caso de Bragança, a educação escolar quilombola no município, que foi assunto de audiência pública provocada por denúncia da Arquia e realizada no dia 18 de agosto de 2020.

Em sua fala na audiência convocada pelo Ministério Público, Araújo revelou os problemas estruturais da única escola existente na comunidade, razão pela qual a Arquia pretende transformar a Escola de Ensino Fundamental Américo Pinheiro de Brito em Escola Quilombola Américo Pinheiro de Brito e assim garantir os direitos assegurados pela Constituição brasileira, além de implementar políticas que atendam aos anseios locais e considerem os conhecimentos ancestrais quilombolas, as suas realidades. É fundamental que a escola tenha independência para executar os projetos pedagógicos e os seus modelos metodológicos de interesse da comunidade, seguindo, entre outros, os princípios da Lei nº 10.639/2003 e a Política Nacional de Desenvolvimento

Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, que se articula com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e ratificadas pelo Decreto Legislativo nº 143/2003 e pelo Decreto nº 6.040/2007, que a institui, com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (MACHADO, 2018).

Segundo dados oficiais da Secretaria de Educação de Bragança, a escola do América foi inaugurada em 14 de julho de 1982. Atende, em dois turnos, crianças e jovens, incluindo educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), funcionando em um prédio de cerca de 50 metros quadrados, dividido em uma sala de aula, uma copa e dois banheiros. A escola dispõe oficialmente de cerca de dez funcionários e oferece alimentação escolar para os alunos. Entretanto, segundo a líder Roseti relatou durante a audiência pública, “é só um quadrado, sem nenhuma estrutura decente para os alunos, nem se pode chamar de escola”. Em razão disso, a Arquia tem se empenhado pela construção de uma escola digna, que ofereça educação que respeite a cultura local, com maior suporte pedagógico, mais estrutura, que permita a continuidade das crianças e dos jovens na comunidade (ordinariamente, após o oitavo ano, para continuar seus estudos, os jovens têm que se deslocar para outras escolas, que são distantes do quilombo, e apenas mais recentemente esse deslocamento passou a ser realizado utilizando ônibus escolar). O Quilombo do América atualmente conta com mais de uma centena de famílias, dista cerca de um quilômetro da Rodovia PA-458, que interliga a Praia de Ajuruteua ao núcleo urbano de Bragança, na região nordeste do estado do Pará, a Amazônia Paraense, estando localizada próximo às comunidades do Acarajó e Bacuriteua (PANTOJA, 2017; MORAIS, 2019).

Em linhas gerais, o modelo preconizado pela lei para organizar a gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes originários desses territórios reconhece processos e práticas de ensino e aprendizagem, formas de produção do saber e do conhecimento ancestral e tecnológico, práticas políticas, econômicas, sociais e culturais das comunidades quilombolas (MACHADO, 2018). Mas a realidade tem demonstrado que o próprio Estado cria mecanismos para dificultar a implementação da lei, ao mesmo tempo que emperra a própria legalização das terras quilombolas e permite a ação de conglomerados econômicos nas terras dessas comunidades, que não são consultadas sobre tais empreendimentos, que não dialogam nem as respeitam nas suas especificidades, nem mesmo durante a pandemia de Covid-19 (ARRUTI *et al.*, 2021; GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020).

O Brasil foi o último país das Américas a encerrar oficialmente a escravidão. No entanto, após o ato formal, não foram criadas políticas para a inclusão da população negra na sociedade nacional, e, por isso, o racismo estrutural e o institucional continuam a afetar os afrodescendentes (ALMEIDA, 2018), em especial os grupos quilombolas, que

apresentam elevado grau de vulnerabilidade social, econômica, ambiental e sanitária (ARRUTI *et al.*, 2021; GUIMARÃES; SILVA; RAMOS, 2018; OLIVEIRA JUNIOR *et al.*, 2011). Embora os pretos e pardos sejam a maioria da população no país, as consequências do racismo ainda são pulsantes, particularmente nas comunidades negras rurais amazônicas, que sofrem a todo momento com a retirada e a negação de direitos historicamente conquistados. Entretanto, a população negra, quilombola e periférica resiste na luta pela plena implementação do Estatuto da Igualdade Racial e pela criação de espaços governamentais e de políticas públicas específicas, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a educação escolar quilombola e a garantia do direito a suas manifestações religiosas, artísticas e culturais (FARIAS, 2017; GOES, RAMOS; FERREIRA, 2020; VARGA *et al.*, 2020).

Apesar de o América ser reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, e ainda que a escola municipal esteja sediada nas terras pertencentes ao quilombo, essa escola pública e rural ainda não é oficialmente quilombola, sendo o cumprimento da Lei nº 10.639¹ apenas uma das inúmeras demandas que a Arquia tem que resolver com o poder público municipal.

Além de sua atuação de líder comunitária, como profissional de saúde, Roseti cuida de cerca de 148 famílias no quilombo, que tem uma população de cerca de 500 pessoas; aproximadamente 60% são mulheres, muitas das quais se destacam também na liderança da comunidade. Além da presidente da Arquia, o Clube de Futebol Santa Cruz, que disputa as categorias da primeira divisão, “segundinha”, veteranos e feminino, no município e no estado, é comandado por dona Maria Augusta Pinheiro, parteira do quilombo e descendente do fundador da comunidade. Adicionalmente, o quilombo tem uma árbitra de futebol federada, Ruth Helena, que apita jogos dentro e fora do município. A força das mulheres é também marcada pela participação delas na associação, por meio da realização de atividades políticas e culturais, como formações e oficinas, cujo objetivo é a geração de emprego e renda².

O FICCA E O CINEMA DE GUERRILHA NO AMÉRICA

No ano de 2021, realizaram-se três oficinas de Cinema de Guerrilha na comunidade Quilombola do América, que resultaram em dois projetos audiovisuais de produção coletiva pelos participantes das atividades, que contaram com a parceria da Arquia e do Ficca.

1 A Lei nº 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio.

2 Mais informações estão disponíveis em: <https://www.fundacaoeducadora.com.br/fec/index.php/conteudo/item/1509-quilombolas-do-america-passam-por-qualificacao>. Acesso em: 15 maio 2022.

As oficinas aconteceram em abril e dezembro de 2021, no âmbito da VI e da VII edições do festival, que colabora com a associação também em outros fóruns, como na organização de audiências públicas e na reverberação, por meio dos múltiplos canais do Ficca, das causas e bandeiras levantadas pela Arquia, em um processo de interação e construção coletiva entre arte, política e engajamento social.

Coordenadas por Carol Magno e Cuité (VI Ficca) e Francisco Weyl e Rosilene Cordeiro (VII Ficca), essas oficinas envolveram dezenas de jovens e adultos, tendo resultado, respectivamente, nos filmes *O quilombo é meu lugar, a minha casa*³ e *A visita do padroeiro*⁴, projetos selecionados e difundidos nos canais do Ficca. O primeiro filme foi ainda veiculado na rede pública de televisão TV Cultura, do Pará, e no seu portal internacional, evento até então inédito no estado.

Essas experiências realizadas também em formatos diversos em outras comunidades quilombolas paraenses têm amplo alcance, desde a socialização dos participantes, a valorização da identidade quilombola, o estímulo à criatividade e ao fazer cinematográfico, o uso do audiovisual como ferramenta de consciência e luta e até de geração de renda e trabalho, além do reforço à autoestima do cidadão e da cidadã amazônica, que se reconhece e se vê a si mesmo(a) na sua dimensão cultural e existencial (SILVA; WEYL, 2020; WEYL, 2021).

Baseadas em práxis libertárias artísticas e científicas, as oficinas têm como referência a pedagogia do oprimido (FREIRE, 2019), o teatro do oprimido (BOAL, 1991) e o Cinema Negro (PRUDENTE; OLIVEIRA, 2020; PRUDENTE; SILVA, 2020), ou seja, a partir de práticas de educação para a liberdade e por demandas das comunidades, são propostas oficinas de criação cinematográfica e teatral, alimentadas pela matéria da visualidade e da memória, para a construção coletiva de projetos audiovisuais que contribuam para a afirmação identitária e traduzam os imaginários e as memórias culturais cotidianas, matrizes presentes na oralidade das comunidades participantes, dando visibilidade a enredos e histórias que compõem o miscelâneo e rico universo amazônico, representando tanto o mundo real quanto o ficcional, o mundo das encantarias e as realidades amazônicas extracontemporâneas, guardadas e reveladas pelo imaginário individual e coletivo.⁵

O IMPACTO DAS OFICINAS NA VISÃO DOS PARTICIPANTES

A ativista do Movimento Afrodescendente do Pará (Mocambo), psicopedagoga, professora e mestranda em Educação, Linguagem e Interculturalidade da Amazônia

3 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ytdrh1lIG4I&t=565s>. Acesso em: 15 maio 2022.

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7qJF2kbaUDo>. Acesso em: 15 maio 2022.

5 Ver *#feitiço*, de Rosilene Cordeiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KpC06WdTPig>. Acesso em: 15 maio 2022.

da Universidade Federal do Pará (Ufpa), *campus* Bragança, Edna Monteiro tem desenvolvido projetos pedagógicos antirracistas por meio do “cineminha negro na escola”, em que afirma o protagonismo preto das literaturas infantojuvenis afro, de que são exemplos *Menina bonita do laço de fita*, *A menina e o tambor*, *Calu uma menina negra*, entre outras histórias lidas e contadas. Essas histórias têm como objetivos fortalecer a identidade negra das crianças e valorizar as suas vivências culturais, como as brincadeiras, os brinquedos e os jogos afro. Além disso, estimulam nas crianças o autorreconhecimento, a valorização da sua identidade, a elevação da autoestima e as práticas de autoamor e autocuidado. Há ainda as oficinas de beleza negra que são também intervenções pedagógicas que promovem uma educação antirracista e o empoderamento da mulher e da criança negra na comunidade e na escola. Desde 2014, Monteiro tem acompanhado de perto as oficinas do Ficca, tendo também colaborado com a sua narrativa sobre o processo, que resultou em um dos curtas-metragens (*A visita do Padroeiro*). Para ela:

O Cinema de Guerrilha do Ficca e a prática pedagógica na Escola Quilombola do América formaram um trabalho (oficina) de extrema importância para as crianças pretas da escola, pois deram visibilidade ao seu protagonismo cultural local. O cinema negro na escola é uma linguagem cinematográfica visual de fortalecimento da identidade da criança negra-quilombola, que efetiva o ensino das relações étnico-raciais da Lei 10.639/2003 em sala de aula, ou seja, a oficina ampliou o conhecimento dos alunos relacionando a cultura da marujada, a história do santo preto “São Benedito” à sua realidade e vivência real, e isto foi muito bem dirigido e exemplificado, e estimulado nas aprendizagens. Foi um dia rico de muitas situações de aprendizagem e conhecimentos nas artes visuais. Este projeto Ficca veio somar e contribuir na educação das crianças quilombolas na Escola Quilombola Américo Pinheiro de Brito, pois agrega forças e valores, a cultura ancestral e presente na região Bragantina e na Comunidade Quilombola do América e escola (Entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2021).

As oficinas pedagógicas de produção audiovisual proporcionadas por meio da parceria entre o Ficca e a Arquia e as produções delas decorrentes têm gerado reflexões, como a do metalúrgico que trabalha com comunicação visual e do estudante do segundo ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino, localizada em Taperaçu-Campo, Ryan Pinheiro de Araújo (de 18 anos), um entre as centenas de jovens que têm participado das atividades. Atuante na Arquia e jovem liderança

quilombola, Ryan denuncia as diversas modalidades de racismo de que a comunidade é vítima, tendo ele próprio sentido o impacto do preconceito; mas, mesmo assim, enfrenta a realidade e desabafa contra quem deveria dar o exemplo, como professores e gestores, que ignoram as diversidades da população brasileira. É de sua narrativa que transcrevemos o depoimento a seguir, que remete ao conjunto de experiências de vida rural e de racismo enfrentados pelos jovens quilombolas:

A maioria das pessoas ainda tem uma imagem do quilombo pacata, um lugar dentro do mato, escondido, que não sabe ler, não sabe escrever, não evoluiu pro mundo, é como um lugar qualquer. Mas o nosso diferencial é que a gente reconhece, a gente é um povo reconhecido, guerreiro, é um povo que tem uma história, que tem uma luta e que luta constantemente, mesmo nos dias de hoje, como evolução do ser humano, como as leis, mas mesmo assim lutamos todos os dias contra o racismo, que no Brasil é muito comum de ver.

A mídia de alguma forma não tem culpa, mas transmite isso para as pessoas que vê a televisão, que lê jornal, essas coisas, e vê que o quilombo é um lugar pacato, que não tem tanta tecnologia, que somos analfabetos, é, mais ou menos assim, vamos dizer, que eles vejam assim, só que não é assim.

Eu frequentei a Escola Bolívar Bordalo, e as pessoas chegaram até a perguntar para mim como é que eu vinha, se eu pegava canoa, como era que eu vinha, sendo que era como um outro interior qualquer, que não tinha nada diferente, a diferença é que nós reconhecemos negros, temos a diferença, e as pessoas têm uma visão superficial de como é o quilombo, e de como as pessoas ficam surpresas da gente dizer que a minha comunidade é quilombola, eles acham engraçado, brincam, tiram até brincadeira, piada, eu falo isso porque sei como é, eu já senti na pele.

Eu estudava na escola Bolívar Bordalo, uma escola das mais conhecidas, uma das maiores aqui em Bragança, quando, um dia, uma vez, a professora perguntou, eu respondi, muitos alunos, até professores que tavam perto, me surpreenderam, perguntaram como era, se... sei lá, como se fosse um lugar da pré-história, entende? Sendo que não é assim, então, de alguma forma, as pessoas ainda não entenderam, não conseguem abrir a mente, a consciência de ter, de saber ler, saber a informação correta de como é o quilombo, não, o que eles pintam, que eles acham que é, que é as pessoas andando sem roupa, essas coisas, os quilombolas

ainda tão lá na pré-história, mas quem tem de evoluir são essas pessoas com esses pensamentos.

É o preconceito dentro da escola, no transporte, na rua, a dificuldade que um negro tem na sociedade, tanto para trabalho como no convívio social, as pessoas julgam muito mesmo, no dia de hoje, tem muito racismo no nosso Brasil, no nosso mundo, de alguma forma, todas as pessoas negras já sofreram racismo, eu falo porque já sofri, senti na rua, na escola, e até no meu trabalho, e até... como eu jogo futebol... até dentro de campo já sofri racismo, e isso se tornou tão frequente que já não me abalo mais como antes.

Antes me abalava, chegava triste, chateado, teve um tempo que nem queria mais ir à escola, mas graças ao conhecimento, eu fui conhecendo também, e fui, vamos dizer assim, me adaptando às críticas, sendo que isso não deveria, para um jovem de entre 10 a 20 anos, se adaptar com racismo, com injúrias raciais, é uma coisa inaceitável.

Sofri racismo até de professores, dentro do Bordalo, sendo que eles que têm que dar exemplo pros alunos, e é um assunto que não gosto nem de tocar, mas o nosso Brasil, o nosso mundo, dizem que evoluiu na tecnologia, mas no pensamento ainda tá na pré-história, ainda tem muito racismo, e as pessoas brancas ainda têm aquele pensamento que nós negros fomos feitos pra servir eles, e isso é um pensamento pré-histórico, é um pensamento de um ser humano que não evoluiu junto com o mundo.

Infelizmente, muitos de nós, negros, nos adaptamos, nos acostumamos a sofrer este tipo de injúria e racismo, e não acontece só dentro da escola, às vezes o racismo acontece, muitas vezes, dentro da família, muitas vezes, dentro da nossa família, sofremos racismo, com nossos amigos ou qualquer outro lugar que frequentamos. Eles podem até não falar, mas só os olhares atravessados, a desconfiança, nós sentimos, conseguimos ver que a pessoa já tá olhando não o fato de eu estar naquele local, mas o fato da minha cor, de eu ser negro, e isso é uma coisa que pra mim, não tem cabimento uma coisa dessas.

No Brasil, dizer que nós somos livres para fazer o que quisermos, de irmos e voltarmos, e as pessoas olharem pra minha cor, um olhar atravessado e com desconfiança, isso é uma coisa inadmissível, não consigo entender um pensamento de um ser que se diz ser humano, e mesmo na minha comunidade onde eu moro, reconhecida pela Fundação Palmares, ainda negam os seus direitos, ainda somos olhados pelo governo como

ninguém, porque deveríamos ter uma boa escola, não temos, a escola daqui é desumana, a escola, deveríamos ter um posto de saúde, não temos, o transporte escolar... veio agora, mas a gente cansou e cansa de ir andando pra escola, e é isso, o governo não quer dar o direito pra nós, não quer dar, não quer nos ajudar, repassar o que tá na lei (Entrevista realizada em 7 de fevereiro de 2021).

Assim como Edna, Ryan expressa em sua fala a realidade cotidiana dos jovens quilombolas de todo o Brasil, em particular daqueles envolvidos com as ações da Arquia, que têm sido tocados pelo Ficca e pelo Cinema de Guerrilha, quando manifesta como as experiências vivenciadas nas oficinas, nos debates, nas rodas de conversa e nas salas de aula contribuem para o desenvolvimento de uma perspectiva social afirmativa da identidade negra, crítica do modelo explorador, proativa, anticolonialista e antirracista como é a tradição do Cinema Negro.

CONCLUSÕES

No decorrer do processo de escrita deste artigo, deparamo-nos com a necessidade de recolher conteúdos bibliográficos mais recentes a respeito das comunidades quilombolas na Região dos Caetés, também como forma de contribuir com investigações científicas pautadas sobre o tema e ampliar a compreensão das diversas realidades que envolvem essas comunidades. Mas, apesar da importância histórica, observamos que alguns desses conteúdos corroboram apenas o “lugar-comum” da pesquisa acadêmica, são pouco originais, reproducionistas entre si, com pouca sensibilidade para compreender e dimensionar as relações de afeto nesses lócus rurais, com os quais, frequentemente, não dialogam e nem lhes trazem as “devolutivas” após a finalização e apresentação dos seus “trabalhos” no âmbito da academia.

Há que romper com algumas teorias de perspectiva estruturalista, que naturalizam análises colonialistas, errôneas interpretações quanto a conceitos de “abolição”, “escravismo”, e equivocada perspectiva etnográfica, por não compreender o pertencimento à comunidade ou mesmo a dificuldade de se reconhecer como membro dessa mesma comunidade – com frequência objetificada pela própria pesquisa e pela produção acadêmica formal.

O que propomos com este artigo é contribuir para a alteração desses paradigmas referenciais teóricos acadêmicos, demonstrando como a incorporação dos saberes, dos conhecimentos, dos procedimentos metodológicos e das tecnologias desenvolvidas nas próprias comunidades, como aquelas nas quais nossa pesquisa-ação-intervenção artística foi desenvolvida, utilizando instrumentos do campo da antropologia visual, como a experiência do Cinema Negro, e a partir da qual as produções audiovisuais

destacadas por este artigo foram criadas, via imersões antropológicas de campo e/ou durante os processos de construção de relações solidárias e de partilhas com e entre os quilombolas, pode promover uma ciência-conhecimento, aliada à arte e à práxis, que contribua diretamente para a transformação social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARRUTI, J. M. *et al.* O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. AfroCebrap, 2021.
- BOAL, A. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- CARVALHO, L. G.; NASCIMENTO, R. M. C.; NASCIMENTO, V. B. (org.). *Vulnerabilidade histórica e futura das comunidades quilombolas do Pará em tempo de pandemia.* Belém: Numa, Ufpa, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Rjrqr8fvsCg-jCtwurl-jK5nmgySgoN23y/view>. Acesso em: 15 maio 2022.
- CASTRO, E. M. R. de (org.). *Escravos e senhores de Bragança.* Belém: Naea, 2016.
- FARIAS, A. E. *Entre o quilombo e o santo: discursos identitários na festividade de São Brás, na comunidade do Jacarequara.* 2017. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2017.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GOES, E. F.; RAMOS, D. de O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. e00278110, 2020.
- GUIMARÃES, R. C. R.; SILVA, H. P.; RAMOS, E. M. L. S. Condições socioecológicas familiares e os primeiros dois anos de crianças quilombolas no Pará: um estudo de base populacional. *Ciência e Saúde*, v. 11, n. 2, p. 90-99, 2018. Disponível em: <https://revista-seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/29521>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- MACHADO, J. C. N. *Quilombo, identidade quilombola e educação.* Belém: Geaam, IFCH, Ufpa-Geperuaz, Iced/Ufpa, 2018.
- MORAIS, E. C. *A identidade africana presente na comunidade Quilombola do América.* 2019. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- OLIVEIRA JUNIOR, A. S. *et al.* *Quilombolas do Pará: condições de vulnerabilidade nas comunidades de remanescentes de Quilombo.* Assis: Triunfal, 2011.
- PANTOJA, P. F. de A. *Prática docente, saberes culturais e educação quilombola: estudo da experiência da Escola Municipal Américo Pinheiro de Brito na comunidade Quilombola do América, Bragança, Pará.* 2017. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2017.

- PRUDENTE, C. L. A dimensão pedagógica do Cinema Negro: a imagem de afirmação positiva do íbero-ásio-afro-ameríndio. *Extraprensa*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 6-25, jul./dez. 2019. DOI 10.11606/extraprensa2019.163871.
- PRUDENTE, C. L.; OLIVEIRA, S. dos S. C. A dimensão pedagógica do Cinema Negro e a autoestima para o desenvolvimento da criança na escolaridade. *Trama Interdisciplinar*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 46-63, 2020.
- PRUDENTE, C. L.; SILVA, P. V. B. (org.). *16ª Mostra Internacional do Cinema Negro: educação, cultura e semiótica*. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- SALLES, V. *O negro no Pará*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, Universidade Federal do Pará, 1971.
- SANTIAGO, K. L.; SMITH JUNIOR, F. P. Quilombo do América e a migração negra. *Revista EDUCAmazônia – Educação, Sociedade e Meio Ambiente*, Humaitá, ano 12, v. XXII, n. 1, p. 255-273, jan./jun. 2019.
- SANTIAGO, K. L.; SMITH JUNIOR, F. P.; VIEIRA E SOUZA, A. P. As narrativas dos moradores do Quilombo do América na Amazônia Bragantina. *Revista Ciências da Sociedade*, v. 3, n. 6, p. 201-217, jul./dez. 2019.
- SILVA, J. F. C. da. *O português afro-indígena de Jurussaca/PA: revisitando a descrição do sistema pronominal pessoal da comunidade a partir da textualidade*. 2014. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SILVA, H. P.; WEYL, F. Experiência do Cinema de Guerrilha na terra da liberdade. In: PRUDENTE, C. L.; SILVA, P. V. B. (org.). *16ª Mostra Internacional do Cinema Negro: educação, cultura e semiótica*. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 339-374.
- VARGA, I. Van D. et al. Um retrato das desigualdades étnico-raciais na saúde. In: STEFANO, D.; MENDONÇA, M. L. (org.). *Direitos humanos no Brasil 2020: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 219-230. Disponível em: <https://www.social.org.br/index.php/livros-books/livros-direitos-humanos-no-brasil/250-relatorio-direitos-humanos-2020.html>. Acesso em: 15 maio 2022.
- WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, set. 2016. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000300535&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2022.
- WEYL, F. *Kynema: ensaios científicos, semióticos, metafísicos, poéticos e políticos sobre arte, cinema e estéticas de guerrilhas*. Taboão da Serra: Vicenza Edições Acadêmicas, 2021.

Recebido em: maio de 2022.

Aprovado em: agosto de 2022.